



POR UMA
UNIVERSIDADE
AO SERVIÇO
DA
REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

*Organização dos Professores
Universitários*

Partido Comunista Português

POR UMA UNIVERSIDADE AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

1. Liquidar a universidade fascista

A universidade portuguesa está em pleno processo de transformação.

A universidade fascista, alfofobre e principal esteio ideológico do regime do regime deposto, em crise aberta desde o início da década passada-e cujo desenlace a repressão vinha a custo adiando-, entrou em rápida desagregação com o 25 de Abril.

Sanearam-se imediatamente alguns quadros e estruturas que alimentavam o fascismo e o reproduziam na universidade; a gestão autoritária substituiu-se, espontaneamente, uma gestão com variantes mas revestindo sempre uma intenção plenamente democrática; currículos e matérias fascistas deram lugar a cursos e programas livremente escolhidos por estudantes e docentes; aos exames tradicionais, que prolongavam logicamente toda uma estrutura catedrática e institucionalmente repressiva, foram opostas modalidades participadas de aferição do aproveitamento. Enfim, de cemitério científico que fatalmente tendia a ser, a universidade transformou-se, entretanto, em lugar de viva agitação e criatividade ideológica.

O processo de transformação e democratização não tem, contudo, sido fácil, nem está isento de resistências, de indecisões e erros que o têm perturbado e ameaçam paralisar e mesmo inflectir a sua marcha. A persistente obstrução por parte de alguns professores sobretudo interessados em preservar os seus privilégios universitários e extra-universitários; o oportunismo de outros, antifascistas desconhecidos subitamente autoproclamados como arautos da "revolução universitária", mas sempre prontos a aliar-se à reacção contra as forças progressistas; o nihilismo da permanente contestação de alguns sectores estudantis, apostados na paralização da vida nas escolas; a permanência de um aparelho burocrático na universidade e no MEC que continua atolado nos vícios do fascismo; enfim, um MEC, ora passivo, ora precipitado, que até agora foi incapaz de avançar um sentido para a universidade na etapa actual da revolução democrática-tudo isto tem contribuído para dificultar o processo de transformação democrática da universidade.

Assim persistem em aberto problemas que há muito deviam estar solucionados; assim se vão avolumando problemas que têm perturbado e desviado o processo; assim, e sobretudo, continua a universidade sobre si, sem quebrar os limites que eram os seus tradicionais, consumindo recursos e energias em disputas estéreis sobre interesses autárquicos ou de somenos importância, enfim, colocada à margem dos problemas fundamentais do presente.

Tal como antes na resistência anti-fascista, os professores comunistas tiveram um papel de relevo após o 25 de Abril, na primeira linha da luta pelo saneamento e pela reestruturação. Por isso entendem que lhes assiste o direito de chamar a atenção para os principais problemas com que hoje se defrontam as forças democráticas na universidade, e insistir, uma vez mais, na unidade necessária de todos os universitários progressistas para em conjunto, sem sectarismo, liquidarem definitivamente a universidade fascista e edificarem uma universidade capaz de acompanhar e animar o processo de revolução democrática da sociedade portuguesa

2. Atacar os problemas presentes

2.1 Contra a paralisação das escolas

Os principais problemas imediatos da universidade são, no momento actual, os que dizem respeito à criação de condições que permitam um estável desenrolar da vida escolar e a remoção dos obstáculos que se lhe opõem. A paralisação da vida escolar, aberta ou disfarçada, é no momento actual o principal perigo para o processo democrático nas escolas, e nela jogam-tal como se demonstra claramente na recente "greve" dos liceus-a reacção e os oportunistas de todos os matizes.

A grande linha separadora, neste momento, é aquela que põe de um lado aqueles que lutam pela prossecução e dinamização da vida escolar através das condições necessária, e de outro lado aqueles que procuram a todo o transe paralisá-la, quer afirmando claramente essa vontade, quer promovendo-a silenciosamente pela sabotagem ou pela resistência passiva. Neste contexto, a luta por um saneamento justo e eficaz, a luta por uma segura democracia escolar, a luta contra formas espúrias de "cursos livres" e de "universidade nocturna" são questões principais em que se joga a vida da universidade.

2.2 Por um saneamento justo e eficaz

A primitiva lei sobre saneamento, produto do desfavorável equilíbrio de forças vigentes durante o primeiro Governo Provisório, logo se revelou insusceptível de satisfazer as exigências de momento, nem sequer permitindo legalizar as situações de facto que a dinâmica revolucionária já havia justamente criado. Demasiado complacente quanto a questões de fundo e demasiado exigente quanto ao processo, a lei foi praticamente ineficaz, dando lugar a situações de escandalosa iniquidade. Compreensivelmente, as assembleias de escola tomaram em mãos essa tarefa, inteiramente "à margem da lei", de forma mais profunda mas anárquica, pois de todo faltavam os elementos de documentação e a percepção do problema no seu conjunto.

A atitude frouxa das entidades oficiais responsáveis e o seu legalismo renovaram, por um lado, a confiança dos elementos notoriamente comprometidos com o bascismo e protegeram, por outro, a cobardia dos falsos democratas que desde logo se demitiram ou progressivamente se foram demitindo das suas responsabilidades. E muitos foram os professores que eximiram impunemente a fazer parte das comissões de inquérito para o saneamento e os que se recusaram a prestar-lhes qualquer colaboração. Não faltaram sequer as tentativas de reintegrar os "saneados" e de proporcionar-lhes, com o dinheiro do povo, férias pagas no estrangeiro (bolsas de estudo, sinecuras oficiais); outros continuaram-e continuam!-a auferir, no país, os vencimentos sem trabalho ou as antecipadas "reformas por inteiro", com pulso livre para militar nas hostes da reacção. Daí o compreensível mal-estar generalizado que forçou as escolas a ensaiar um sucedâneo do verdadeiro saneamento, sem a informação nem os meios necessários a uma solução justa e definitiva do problema.

Com o 28 de Setembro e a derrota da investida contra-revolucionária, passou a vigorar uma situação política mais conforme aos anseios das forças democráticas. Contudo, só muito recentemente, quando já era indesmentível a total ineficácia da primitiva lei do saneamento, é que o Governo Provisório se viu forçado a revogá-la e a substituí-la por outra.

O novo Dec.-lei vem permitir, se convenientemente aplicado, um verdadeiro saneamento, agora sob responsabilidade directa da Junta de Salvação Nacional. É este um facto decisivo para cortar de vez as veleidades da reconquista da reacção. Há no entanto, que lutar contra a resistência e mesmo sabotagem dos reaccionários que, ainda alojados na universidade e no MEC (algumas vezes sob capa de democratas talhada à pressa), tudo farão para continuarem a impedir ou dificultar o processo de saneamento.

Há que expulsar definitivamente da universidade e do MEC todos os comprometidos com a politica repressiva do fascismo e todos aqueles que têm trabalhado clara e inequivocamente contra o processo democrático. E, paralelamente há que evitar que acedam à universidade e ao MEC docentes ou funcionários que estejam em idênticas circunstâncias, não se podendo admitir que a. fascistas expulsos venham a suceder outros fascistas. Impõe-se assim uma vigilância permanente e um controle eficaz sobre os processos de contratação de pessoal.

Entretanto, mesmo com um profundo saneamento de pessoas, nada de revolucionário se pode construir sobre estruturas apodrecidas. E elas continuam a existir: estruturas que paralisam a iniciativa e o trabalho; que favorecem a prepotência, a corrupção e o nepotismo; que convidam à passividade e à subserviência. Cumpre, pois sanear também e sobretudo as estruturas, promover inquéritos e apuramento de responsabilidades em muitos serfiços e faculdades, eliminar os domínios mais ou menos privados de certos mandarins e iniciar segura e decididamente um processo de reconversão de estruturas adequado à nova vida universitária.

2.3 Por uma segura democracia escolar

Com o 25 de Abril, os directores (segundo a lei fascista, "representantes do governo nas escolas") foram, quase sem excepção, destituídos, e os Concelhos Escolares, em que tinham assento apenas as categorias superiores do pessoal docente, foram substituídos por Comissões de Gestão, representativas de docentes, estudantes e funcionários e perante eles responsáveis em Assembleia de Escola.

O recente decreto-lei sobre a gestão no ensino superior, feito sobre um projecto submetido à apreciação das escolas, veio recolher e consagrar no principal os processos de gestão democrática que espontâneamente tomaram o lugar das estruturas repressivas do fascismo. Não sendo inteiramente satisfatório em alguns pontos do seu articulado, o diploma é, no entanto, talvez o mais liberal do mundo e revela-se suficientemente maleável para permitir a sua adaptação a uma larga gama de opções de princípio e situações concretas específicas.

Por isso deve ser rejeitada e combatida uma tendência que ainda prevalece em algumas escolas e se traduz na constatação global do decreto, numa atitude característica de quem confunde democracia com pulverização da ordem democrática. A gestão democrática passa certamente por comissões autenticamente representativas, responsáveis perante as assembleias a quem compete em exclusivo, a definição glo-

bal da política da escola, segundo regras a encontrar livremente em cada situação. A gestão democrática não passa seguramente pela instituição de um sistema assente na mitificação dos plenários como órgãos exclusivos e permanentes de gestão, o que leva fatalmente à paralisação administrativa, à desmobilização das massas estudantis, dos professores e funcionários, e à apropriação por uma minoria mais persistente e disponível que se pretende confundir com base, de tudo resultando necessariamente o descrédito do processo perante os próprios interessados, a paralisação da vida das escolas e esterilização de uma universidade que urgentemente tem que provar a sua própria razão de ser .

Por outro lado, a sofreguidão de poder revelada por alguns sectores impediria, se fosse avante, a inserção da universidade no contexto nacional para que tem de ser pensado . Nada existe menos democrático que reivindicar a irresponsabilidade em que viria a redundar a transformação das escolas numa série de democracias insulares, autárquicas e parcelares. Por isso mesmo cumpre denunciar e combater as tendências para a completa autonomização manifestadas em algumas escolas , com os departamentos a reivindicarem atribuições que não podem deixar de competir às faculdades , e estas a tentarem apropriar-se de atribuições que não-de competir à universidade e ao MEC .

O problema da autonomia das escolas não pode resolver-se com recurso a formas serôdias de autarquia, mas sim através da democraticidade dos órgãos de coordenação universitários e ministeriais . Haverá certamente que retirar ao MEC algumas das muitas das atribuições que detem e conferi-las às universidades , às faculdades e aos departamentos. Mas há também e sobretudo que lutar, desde já, pela criação de órgãos de coordenação , a nível da universidade e a nível do MEC, plenamente democráticos, que sejam uma extensão dos órgãos de gestão das escolas. Neste contexto ganha especial relevo a criação dos órgãos de gestão universitários que substituam os antigos Senado e Assembleia da Universidade e que integrem a maior parte das atribuições actualmente conferidas individualmente ao Reitor . Sem uma forte estrutura democrática de gestão a nível da universidade , não pode haver uma segura gestão democrática dentro das faculdades.

2.4 Contra os "cursos livres" e a "universidade nocturna"

Os verdadeiros cursos livres, organizados pelos estudantes e professores progressistas, quer como contraponto crítico da ideologia burguesa, veiculada em muitos cursos a título de "ciência", quer como forma privilegiada de extensão cultu-

ral e científica às massas populares excluídas da universidade, têm merecido aos professores comunistas o mais franco e decidido apoio. Na actual fase de transição, a prática do ensino crítico paralelo ao da ciência académica poderá revelar-se um poderoso instrumento dialéctico contra a retórica reaccionária de muitos "democratas" e "independentes" que continuam, serenamente, a tarefa de reproduzir na universidade a ideologia burguesa por meios mais subtils. Além disso, é dever de todos os revolucionários colaborar na dinamização cultural dos operários e camponeses a quem a "política do espírito" fascista segregou friamente do acesso à cultura. Impõe-se, pois, lançar imediatamente as bases da transformação interna da universidade e da sua extensão aos explorados, precisamente porque a menos palpável das explorações consiste na analfabetização, ou seja, na negação às massas trabalhadoras da vida cultural e, indirectamente, do próprio direito à participação política.

Impõe-se, por isso mesmo, desfazer confusões e desmascarar os que, com um arremedo de "cursos livres", destinados especialmente a candidatos à universidade, apenas querem exercitar um verbalismo sectário e estéril e arrastar os incautos na sua fuga ao serviço cívico instituído pelo Governo Provisório e procurando, confessadamente, paralisar a vida nas escolas com a entrada imediata de massas de estudantes que todos sabem que ela não pode comportar. O PCP apoia, desde a primeira hora, esta iniciativa, como medida de mobilização revolucionária, claro que sem desconhecer as reais dificuldades que uma empresa de tal envergadura e partindo do nada forçosamente viria a conhecer; e sem desconhecer, também, a "impopularidade" que ela viria eventualmente a encontrar numa parte dos estudantes abrangidos, mais interessados na prossecução dos seus interesses imediatos de promoção social do que na mobilização popular e na reestruturação democrática da universidade,

Logo se imaginou o pânico e a raiva da burguesia - e dos seus partidos - ao ver os seus rebentos atrasados um ano na corrida ao canudo, perante a iminência, impensável durante a "paz" fascista, de os ver lançados no seio das massas trabalhadoras, de os ver sujar as mãos, de os vir a perder, em resumo, para a sua "causa". Mas a reacção da burguesia apenas prova a justeza da imprensa. Por isso mesmo constitui uma tarefa imediata dos universitários progressistas ganhar para a causa do serviço cívico aqueles que, por falta de consciência política, são presa fácil da reacção posta na defensiva e dos oportunistas que a ela se aliam despudoradamente. Impõe-se também, denunciar os objectivos dos

chamados "cursos livres" e o oportunismo daqueles professores que à
sombra de slogans
sombra dos slogans pseudo revolucionários neles colaboram.

É também dentro desta perspectiva que há que analisar correctamente as tentativas de criação de "universidades particulares" paralelas que procuram seguir a tradição fascista à margem da universidade que se desenha . É o caso da chamada "universidade nocturna", anunciada como destinada a trabalhadores. Mas, frustrada na intenção de colocar o MEC perante o facto consumado de terem obtido uma aparente escolaridade tradicional com recurso a professores de ocasião pagos e controlados por eles, os promotores da "universidade nocturna" surgem à luz do dia na sua exacta dimensão: como gestores do capitalismo melhor pagos que os próprios professores a quem pagam, disfarçados de "trabalhadores" na aceção reaccionária, militando em partidos reaccionários, em busca de um fácil canudo que posteriormente não se esqueceriam de reivindicar.

É de creia e lamentar que, entretanto, alguns de boa fé tenham sido arrastados por uma iniciativa que, à falta de melhor, responderia às suas aspirações de acesso à cultura e de promoção profissional. Essas aspirações são justas. Mas não o é esta "universidade nocturna" a forma justa de lhes dar satisfação. Os professores comunistas sempre apoiaram e continuam a apoiar a ideia de a universidade oferecer um ensino nocturno a todos os trabalhadores que não podem frequentar a universidade durante o dia. Os trabalhadores estudantes têm direito a que a universidade e o MEC lhes garantam o ensino em pé de igualdade com aquele que é facultado aos estudantes que não são trabalhadores, e devem mobilizar todos os esforços no sentido de remover as resistências até agora existentes. Mas essas resistências reforçar-se-ão e serão inultrapassáveis se se admitir que uma minoria com recursos possa criar sob seu controle uma "universidade nocturna", particular, à margem da universidade oficial, mas pretendendo produzir os mesmos resultados, que podem ser os piores resultados de uma universidade reaccionária que vai sendo destruída .

3. Pôr a universidade ao serviço da revolução democrática

Impõe-se urgentemente repensar, de raiz, a universidade portuguesa e integrá-la nas tarefas revolucionárias do momento. Impõe-se, desde já, mobilizar todas as forças interessadas em pôr a universidade ao serviço da revolução democrática.

Interessa, no entanto, pôr a questão universitária no seu devido âmbito, muito mais amplo do que aquele a que certo basismo procura reduzir-la: a própria universidade, o conjunto de universitários que neste momento, na sociedade mais injusta da Europa, se encontram "por acaso" na universidade napoleónica que é preciso destruir.

O problema universitário, como todo e qualquer problema político, é necessariamente, neste momento, um problema nacional. E a verdadeira base, a única base de todos os problemas nacionais, são as classes trabalhadoras e não aqueles que entretanto têm fruído e gasto o fruto do seu trabalho; e o único centro de decisão sobre este problema são os legítimos representantes actuais do povo português, a sua vanguarda na revolução democrática: as forças democráticas e populares e o Movimento das Forças Armadas. Contra alguns habitantes da utopia, que se supõem e afirmam como vanguarda de um proletariado "intelectual" inexistente, nós afirmamos que as verdadeiras conquistas revolucionárias, também neste sector, só se farão sob a direcção das forças democráticas e populares, empenhadas numa revolução que não o será se não for global. Interessados na transformação da universidade não são portanto apenas e não são sobretudo os estudantes e professores que neste momento a constituem, mas sim as massas populares ao serviço das quais terá de ser posta.

Também aqui, é claro, só de um modo revolucionário se pode iniciar a edificação de uma universidade verdadeiramente popular, a partir da análise correcta do momento em que estamos. Contra a reacção violenta da burguesia que persistentemente vem tentando tomar de assalto as escolas, é com acções concretas e não com construções verbais, que urge contribuir para lançar, desde já, uma universidade ao serviço das classes populares, nesta concreta sociedade portuguesa ainda ambígua, ainda repartida entre um poder económico sobrevivente do fascismo e um poder político que vai evoluindo revolucionariamente

a um ritmo cuja irregularidade nos impõe uma reflexão teórica permanente em paralelo com a acção politica do dia-a-dia.

Transformar a universidade é, nas condições actuais, pô-la ao serviço da revolução democrática. Também aqui há que reconhecer o principal adversário: a reacção, quer ostensiva quer disfarçada, havendo que atender, sobretudo, à sua táctica recente que consiste em encobrir as grandes opções politicas com aparências técnicas, com esses mesmos instrumentos sofisticados com que os tecnocratas da reacção tentem fazer passar despercebida a sua permanência na universidade para recuperar, encapotadamente, as posições perdidas ou assegurar as posições ameaçadas. Pôr a universidade ao serviço da revolução democrática é pô-la ao serviço da luta contra o fascismo e o imperialismo, contra os monopólios e os latifúndios. Para isso é necessário esmagar a reacção dentro da universidade, desmascarar os oportunistas, conquistar os indecisos e os vacilantes, mobilizar todas as forças interessadas.

Contra o que quer a mais pequena burguesia radical-que vê a universidade à imagem da sua ideologia de classe, exacerba contradições secundárias, entre estudantes e professores, e as procura cultivar como substituto da verdadeira luta de classes como ela ocorre, aqui e agora, na revolução democrática-afirmamos que os universitários progressistas só o serão se se juntarem às forças democráticas e populares e participarem na luta pelos grandes objectivos actuais da revolução. Por isso é, pelo menos, ridícula a posição dos que, tendo perdido a capacidade de dispor de apoio da minima fracção da classe operária, reclamam ser o "proletariado das escolas" e, reivindicando a "diminuição dos ritmos de trabalho(?)", fazem da universidade o lugar exclusivo da sua "revolução": uma "revolução bem à sua medida, que dia a dia fazem e desfazem.

A velha universidade conventual, serva dos monopólios e alimento do fascismo, só poderá reconverter-se e passar a servir as massas populares se o ensino e a investigação se voltarem para a construção de uma sociedade democrática; se se ensinar e aprender a realidade portuguesa e a teoria e prática de uma opção resolutamente socialista em que se vem a traduzir o único humanismo: o serviço do povo, em resposta às suas necessidades mais urgentes de hoje e aos caminhos do futuro.

A universidade revolucionária tem de estender-se imediatamente de modo a englobar aqueles que o sistema burguês de auto-reprodução segregou do seu seio. Será então uma universidade verdadeiramente popular, em vez de um mecanismo atribuinte de canudos doutorais aos futuros servidores da classe dominante. Só aprendendo e ensinando, investigando e praticando uma ciência que sirva os explorados, a universidade portuguesa pode justificar o seu pesado custo social, a sua permanência, o seu direito à vida, e alcançar o seu lugar, que é importante, na revolução.

Coimbra, 7 de Maio 1975

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS
do
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS